



SIMESP

SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO

Carta aberta dos médicos do Hospital Municipal da Brasilândia

Desde de maio de 2020, o Hospital Municipal da Brasilândia-Adib Jatene (HMBAJ) funciona como hospital de campanha devido à pandemia do Coronavírus. Nesses dois anos de pandemia, um extenso quadro de médicos prestou assistência de qualidade, com comprometimento e honrando o código de ética médica. Nós, médicos da Brasilândia, trabalhamos arduamente mesmo quando a pandemia parecia não ter fim, sem medir esforços para que todos internados ali tivessem uma chance de viver.

No dia 05 de julho de 2022, fomos informados através de reunião com os contratantes Medplus, empresa de quarterização de médicos, e IABAS, Organização Social de Saúde (OSS) administradora do HMBAJ, que não há previsão de pagamento pelos serviços prestados nos meses de maio, junho e nos demais plantões efetuados no mês de julho devido à falta de repasse de verba pela Prefeitura de São Paulo, desde o dia 12 de maio de 2022.

Infelizmente, o descaso para conosco chegou a este ponto. Trabalhamos maio, junho e os primeiros dias de julho sem saber que não seríamos pagos, enquanto a gestão do Hospital já sabia há dois meses que não haveria verba para nós, priorizando os outros funcionários da instituição que trabalham em regime CLT.

Cabe aqui ressaltar um ponto importante da fragilidade de nossos vínculos: diferentemente dos demais funcionários do hospital, a equipe médica de plantonistas é contratada de forma quarterizada, ou seja, a prefeitura terceiriza a gestão do Hospital para uma OSS – no caso, o IABAS –, e essa OSS, por sua vez, quarteriza a contratação das médicas e médicos para uma outra empresa – a MedPlus. Entretanto, a relação estabelecida entre a MedPlus e os trabalhadores é a pejetização através de contrato social, o que nos deixa sem quaisquer garantias de direitos e completamente vulneráveis em casos de desligamentos arbitrários e não repasse de salários. Essa forma de contratação significa, na prática, uma precarização e desvalorização de nosso trabalho mesmo diante de todo o empenho e afincamento com o quais nos dedicamos ao longo dos piores momentos de toda essa pandemia ainda em curso. Da forma como vem sendo praticada, cria-se a falsa ideia de que os trabalhadores são sócios dessa empresa, o

que acaba mascarando a relação empregatícia estabelecida entre nós e a MedPlus. Na realidade, o que acontece é uma relação de trabalho de fato. Entre outras obrigatoriedades, realizamos assinatura de ponto, cumprimos as escalas de plantões com carga horária fixa e somos subordinados aos coordenadores e responsáveis técnicos do hospital e da MedPlus como qualquer outro trabalhador do Hospital. Diante disso, fica claro que trabalhávamos em regime empregatício, e não de sócio, podendo ser desligados a qualquer momento, como já ocorreu com outros colegas no passado e acontece agora quando os médicos decidiram não continuar seus plantões enquanto não fossem pagos os valores devidos.

Em busca de respostas, solicitamos que nos fosse esclarecido a vigência do contrato entre o IABAS e a Prefeitura de São Paulo, para que pudéssemos cobrar o repasse da verba ao Município. Entretanto, IABAS e Medplus não fornecem qualquer tipo de informação ou comunicado oficial sobre o que está ocorrendo de fato. O que nos deixa extremamente angustiados, haja visto que estamos há dois meses com as remunerações pendentes e sem previsão de pagamento.

Reiteramos que durante toda a nossa prestação de serviço, comprometemo-nos com a Instituição e com os pacientes, servindo excelência e acreditando no compromisso com a assistência à saúde da população num período caótico e de incertezas da pandemia do vírus Covid-19.

Diante desse quadro, exigimos que:

- a Prefeitura de São Paulo, a diretoria do HMBAJ, o IABAS e a MedPlus nos esclareçam imediatamente sobre o motivo de não termos sido remunerados pelo período trabalhado bem como de não haver previsão para tal, tendo em consideração que prestamos a assistência médica de forma universal e plena, sem reservas e sem exceções;
- e, acima de tudo, que nos remunerem de acordo com a carga horária trabalhada e o serviço prestado, pois é direito de qualquer trabalhador receber pela atividade exercida.

**Médicas e médicos do Hospital Municipal
da Brasilândia Adib Jatene
Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp)
São Paulo, 07 de julho de 2022**

